Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luana.patriolino@gmail.com

Erro de cálculo

Depois que o Banco Central (BC) anunciou ter errado no cálculo do fluxo cambial de 2022, o sindicato que representa os funcionários da instituição (Sinal) divulgou nota afirmando que confia na qualidade e na lisura do trabalho dos servidores que integram o Departamento de Estatísticas, sob o comando de Fernando Rocha. Segundo a entidade, "eventuais equívocos" podem ocorrer diante da alta demanda.

"Em face da ausência de novos concursos e da desvalorização de seu corpo funcional frente aos de outras instituições estratégicas do Estado, o que também contribui para a evasão de mão de obra altamente qualificada, cria ambiente propício para a ocorrência de eventuais equívocos", justificou o Sinal.

Rombo bilionário

Segundo os dados divulgados pelo BC, o fluxo de dólar no país, que era positivo em US$ 9,7 bilhões, passou a ser negativo em US$ 3,2 bilhões, em 2022. À coluna, interlocutores do governo federal afirmaram que esse equívoco reforça a convicção de que Bolsonaro usou a máquina pública para tentar se reeleger.

Apoio à democracia

Fellipe Sampaio/SCO/STF



O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti **(foto)**, convidou as entidades civis a endossarem o *Manifesto em Apoio ao Estado Democrático de Direito*. O documento será lido por ele na sessão de abertura do ano judiciário, na próxima quarta-feira, a partir das 10h, no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

O manifesto diz que "é urgente uma união nacional, tendo como norte o fortalecimento do regime democrático" e que "para isso, é essencial a defesa do STF e de suas competências constitucionais, com o respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e à presunção de inocência".

Novos desembargadores

O ministro Luis Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, deve revogar, nos próximos dias, a decisão de suspender a escolha dos novos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Assim, a definição dos magistrados que comporão a Corte deve acontecer ainda em fevereiro — o processo vem se arrastando há mais de um ano.

Salomão suspendeu a escolha dos desembargadores em novembro do ano passado sob o argumento de que os critérios para a definição dos nomes não estavam bem definidos. A determinação evitou que o presidente Jair Bolsonaro indicasse quase um terço do principal tribunal federal do país.



Reforço na infraestrutura

A movimentação em Brasília por causa da reunião dos governadores com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta semana, afetou também os gabinetes da Esplanada. O ministro dos Transportes, Renan Filho, garantiu ao governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, que receberá R$ 250 milhões para serem utilizados, este ano, na manutenção e na melhoria das rodovias federais que cortam o estado.

Biodiesel em foco

O deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) vai suceder o deputado Pedro Lupion (PP-PR) na presidência da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio) da Câmara. A expectativa é que essa seja uma das alas mais atuantes no Congresso, pois o combustível, pouco poluente se comparado com o diesel derivado do petróleo, é um aliado da redução nas emissões de gases do efeito estufa. A agenda climática virou tema transversal para os ministérios do governo Lula.

Marcando presença

O vice-presidente e ministro Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, confirmou presença na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Supermercados — cujo presidente, João Galassi, foi reeleito. O evento está marcado para a próxima terça-feira, no Clube Naval de Brasília. Os ministros Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional) e André de Paula (Pesca e Aquicultura) também comparecerão à solenidade.

CONGRESSO

Ameaça de não tomar posse

Moraes determina à PGR que se manifeste sobre ação contra deputados por suposto envolvimento nos atos golpistas do dia 8

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Procuradoria-Geral da República (PGR) analise, em 24 horas, uma ação que solicita a suspensão da posse de 11 deputados bolsonaristas que podem estar envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro, quando terroristas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes. A representação foi feita por advogados do grupo Prerrogativas. A cerimônia de posse dos parlamentares está marcada para 1º de fevereiro.

Os citados na ação são os deputados André Fernandes (PL-CE), Carlos Jordy (PL-RJ), João Henrique Catan (PL-MS), Luiz Ovando (PP-MS), Marcos Pollon (PL-MS), Nikolas Ferreira (PL-MG), Rafael Tavares (PRTB-MS), Rodolfo Nogueira (PL-MS), Sargento Rodrigues (PL-MG), Silvia Waiãpi (PL-AP) e Walber Virgolino (PL-PB). Todos têm um histórico de ataques ao Estado Democrático de Direito, de divulgação de mentiras e distorções nas redes sociais que mantêm e de provocações aos ministros do STF.

"Não é aceitável que pessoas que tenham sido eleitas como representantes do povo em um regime democrático possam apoiar, incentivar e mesmo participar de atos que atentem contra o Estado Democrático de Direito", diz a ação contra os parlamentares.

De acordo com o Prerrogativas — coletivo de advogados que mantém estreita ligação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, os congressistas citados na representação endossaram os atos terroristas. O requerimento dos advogados pede, ainda, a instauração de inquérito contra os parlamentares e o envio de ofício ao Ministério Público Eleitoral (MPE) contra a diplomação dos deputados, diante da possibilidade de eles se tornarem inelegíveis.

"Seja oficiado ao Ministério Público Eleitoral para o ajuizamento de ação contra a expedição de diploma em virtude de inelegibilidade superveniente dos requerido(a)s, consistente na participação ou apoiamento e divulgação de atos golpistas e terroristas, praticando assim atos criminosos e contrários ao Estado Democrático de Direito", diz a determinação à PGR.

Os deputados citados teriam compartilhado vídeos de terroristas bolsonaristas e apoiado a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do STF. Porém, depois da repercussão do episódio, do repúdio da sociedade e das prisões dos criminosos, tiraram das redes sociais que mantêm.

Provocações

Um dos parlamentares que pode não assumir o mandato que obteve nas urnas eletrônicas, e mantém um longo histórico de provocações, deboches e ataques ao STF, é Nikolas Ferreira — vereador de Belo Horizonte e deputado federal eleito. Na quinta-feira, Moraes determinou o desbloqueio das das redes sociais do parlamentar depois de um embate com o aplicativo Telegram — que por não bloquear a conta de Ferreira, foi multado em R$ 1,2 milhão por descumprir a ordem judicial.

Apesar do desbloqueio, o ministro determinou que o deputado eleito está proibido de publicar, promover, replicar e compartilhar mentiras — a multa diária em caso de descumprimento é de R$ 10 mil. O valor deve ser descontado diretamente dos vencimentos que Ferreira receberá da Câmara dos Deputados.

Gladyston Rodrigues/EM



Nikolas tem histórico de provocações e deboches ao STF. Teria apoiado os golpistas ao compartilhar vídeos

> **Não é aceitável que pessoas que tenham sido eleitas como representantes do povo em um regime democrático possam apoiar, incentivar e mesmo participar de atos que atentem contra o Estado Democrático de Direito"**
>
> ***Trecho da representação do Prerrogativas conta 11 deputados bolsonaristas***

Jantares de Lira e Pacheco fecham apoios

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**
» VICTOR CORREIA

Os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), jogam, neste final de semana, as últimas cartadas para fechar os apoios necessários a fim de garantirem reeleições tranquilas, com longa margem de votos sobre os adversários. Mas dois jantares, ambos na quinta-feira, deixaram a situação de ambos bem encaminhada.

Lira promoveu o encontro de parlamentares eleitos para a bancada paulista. E no mesmo ambiente, a residência oficial da Câmara, estiveram reunidos deputados de espectros antagônicos — como Guilherme Boulos (PSol), Érika Hilton (PSol), Eduardo Bolsonaro (PL), Mauro Frias (PL), Ricardo Salles (PL) e Rosângela Moro (União Brasil).

Já a adesão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à candidatura de Pacheco foi sacramentada também em um jantar, na residência oficial do Senado, na mesma noite do evento promovido por Lira. Apesar de o chefe do Poder Executivo ter prometido equidistância dos pleitos no Congresso, decidiu empenhar seu prestígio pessoal à continuação do senador mineiro à frente da Casa ante à possibilidade de uma disputa apertada com Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro do Desenvolvimento Regional do governo Bolsonaro.

O adversário de Pacheco, por sua vez, se articula para enfrentar a disputa com alguma chance. Marinho formaliza, hoje, às 11h, o apoio das bancadas de PL, PP e Republicanos no Senado à sua candidatura.

Mas isso não quer dizer que os três partidos votarão fechados em Marinho. A avaliação de caciques das três campanhas é que Pacheco consiga captar votos nas bancadas.

Outro fator que reforça a posição de Pacheco à frente de Marinho é a ausência, no bloco de apoio ao bolsonarista, do União Brasil, cuja bancada é considerada conservadora. O senador Davi Alcolumbre (UB-AP) está à frente das negociações em favor da reeleição do atual presidente.